



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/12/2012

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1 - 3
1.2. PRESIDÊNCIA.....	4
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. CURSOS.....	5
2.2. DESEMBARGADORES.....	6
2.3. VARA DA MULHER.....	7



O desembargador Antonio Bayma Araújo (decano do Tribunal de Justiça do Maranhão e ex-presidente da Corte), em Recife, ao lado do escritor Ariano Suassuna, o destaque cultural da noite de abertura do 94º Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, onde representa o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, Secretário Especial do Governo de Pernambuco, Suassana - 86 anos, e inteiramente lúcido - terá o seu aplaudido "O Auto da Compadecida" transformado em enredo da escola de samba Pérola Negra, no Carnaval paulista de 2013

Edmilson Sanches

A justiça começa mesmo em casa?

Dizem que dinheiro compra tudo. Que o dinheiro compra o corpo da mulher -- e do homem também. Que o dinheiro compra o voto do eleitor, a nota do professor e os olhos semicerrados dos carcereiros nas prisões. Dizem, também, que o dinheiro compra, senão a consciência, pelo menos um subproduto dela: a decisão, a sentença de um juiz.

Este ano de 2012 e, mais recentemente, em menos de um mês a Justiça Estadual maranhense foi alvo de pelo menos três graves acusações, feitas claramente em alto e bom som, sem subterfúgios, gravadas, transmitidas e retransmitidas por programas da TV Capital, retransmissora da Rede TV!, Canal 5, de Imperatriz.

Tudo começou com o ex-prefeito de Imperatriz Ildon Marques de Souza, que, em en-

trevista, declarou ter sido convidado à residência de um desembargador (juiz membro do Tribunal de Justiça) em São Luís. O nobre magistrado estaria a serviço de grupo político e teria oferecido ao ex-prefeito uma verdadeira fortuna -- solenemente recusada. O "leitmotiv" da oferta teria a ver com participação em processo eleitoral.

Passando para outra mancha verbal contra a Justiça Estadual, dia 16/11/2012 foram novamente repetidas acusações e sobre estas teceram-se uns e outros comentários. Nestas mais recentes acusações, um juiz teria recebido dinheiro para, digamos, prestar seus serviços em uma causa de mais de R\$ 200.000,00. Disseram que o trabalhador, ao invés de receber os R\$ 200.000,00, teria recebido cerca de R\$ 50.000,00 e a "diferença" teria sido "rateada" entre o advogado do trabalha-

dor e o juiz do feito. Deram nome do trabalhador. Deram nome do advogado e do escritório de que ele é também sócio e ainda fizeram alusão ao fato de esse advogado ser membro do primeiro escalão da Prefeitura de Imperatriz. Fizeram ilações com outras pessoas da Prefeitura investigadas pela Polícia Federal. Só não deram o nome do juiz.

Em acusações anteriores, disseram na mesma TV, de forma clara e contundente, que os juízes aos quais cabia a responsabilidade de conduzir em Imperatriz o processo das eleições, inclusive da propaganda eleitoral, estariam acobertando, tomando partido, ficando do lado, decidindo em favor do candidato a prefeito e atual prefeito do município, e que a Justiça Eleitoral estaria "perseguindo" outro(s) candidato(s). Nessa oportunidade também

deram-se nomes de juízes favorecedores e de candidato favorecido.

Não se sabe de reação da Justiça para tantas denúncias, que não são simples boatos anônimos ou sem autoria definida. Não. Neste caso têm-se acusadores, têm-se as acusações. O que não se tem -- ou não se sabe, repita-se -- são as providências da Justiça para por a limpo tais incriminações. Não há como dizer que a Justiça ou os juízes não vão responder acusações, digamos, "irresponsáveis". Como são "irresponsáveis", se não foram analisadas, submetidas a processo, julgadas? Os que falaram são maiores, com profissão e endereços definidos, em bom estado mental, no exercício pleno de suas responsabilidades civis... -- então, são legalmente imputáveis, que podem responder pelos seus atos.

Quando uma instituição se deixa dessensibilizar por acusações assim, com remetente e destinatário definidos, essa instituição abre caminho para o descrédito, a descrença, a desmoralização. Como acontece, por exemplo, na seara política: de tanto certos Poderes Públicos e incertos políticos serem (des)classificados, chamados de ladrões, malandros, para dizer o mínimo, parece quase irreversível convencer-se alguém de que política é coisa séria e que há políticos (pelos menos alguns) que são exceções e não farinha do mesmo saco, caldo do mesmo tacho, comida do mesmo embornal e coisa e tal.

Desde os negros tempos nazistas que se pregava que "a verdade é uma mentira repetida". Se a coisa continuar assim, vai chegar um tempo em que, por todos estarem errados, todos es-

tarão certos. E ficará difícil saber, por exemplo, se a Justiça ou, mais perto de nós, a Justiça em Imperatriz e em São Luís, está certa ou está errada. Se ela é a mentira ou a verdade dos que a acusam.

Ao silenciar ou omitir-se, a Justiça permitiu ou estimulou que acusações contra ela, Justiça, prosperassem, prosperem, ampliem-se.

Pode-se até negar, à boca miúda, que o conteúdo das acusações não tem fundamento. Mas não poderão negar que as acusações, falsas ou verdadeiras, foram feitas. As acusações existem. Estão documentadas. São reais.

Para se continuar confiando na Justiça, não basta a esta saber julgar só a causa dos cidadãos -- ela tem de ser justa consigo também. Afinal, Justiça, para ser boa, começa em casa... (edmilsonsanches@uol.com.br)

Recepção I

A comissão de recepção contará com a presença de líderes dos três poderes do Estado.

Ao lado da governadora Roseana Sarney estarão o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo (PMDB), e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior.

Além, claro, de secretários, deputados e desembargadores.

Recepção II

O empresariado também estará representado na recepção à presidente Dilma Rousseff a São Luís.

Devem cumprimentá-la os presidentes da Federação das Indústrias, Edílson Baldez, e da Associação Comercial, Haroldo Cavalcanti Jr..

Vários outros líderes do setor produtivo também recepcionarão a presidente.

Trabalho escravo

Na quinta-feira (6) e sexta (7), juízes, promotores e defensores públicos participam, no auditório da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), de um curso para discutir questões jurídicas e as formas de enfrentamento do trabalho escravo, uma vez que o Estado lidera atividades em condições degradantes no Brasil, segundo o Ministério do Trabalho.

Participam também procuradores do Ministério Público do Trabalho, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e da Vida de Açailândia e entidades que militam na área de defesa dos Direitos Humanos.

■ Alvo: carvoarias

Um dos alvos são as carvoarias, e a força-tarefa que está sendo criada tem poderes para dialogar também sobre os casos de sucesso no combate aos focos de trabalho escravo no Maranhão, pois o Estado tem o agravante de ser um dos maiores exportadores de mão de obra escrava do país, além de liderar a lista dos que empregam pessoas em condições precárias, semelhantes à escravidão".

Juiz do TJMA conhece PJe do Mato Grosso

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, recebeu a visita do juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Nilo Ribeiro Filho. Ele foi conhecer a estrutura de implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) naquele Estado, considerado modelo no país.

Acompanhado do diretor de Tecnologia de Informação do TJMA, Paulo Rocha Neto, o juiz auxiliar se reuniu com o coordenador de TI do TJMT, Carlos Campelo, que explicou os investimentos realizados pela instituição para que o PJe se tornasse uma realidade no Estado. Desde o dia 5 de dezembro de 2011 o sistema está em funcionamento no Juizado Especial da Fazenda Pública, no Fórum de Cuiabá, e desde 16 de julho no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Barra do Bugres (168km a médio norte de Cuiabá).

Segundo Nilo Ribeiro, o Juizado Especial da Fazenda Pública já foi criado pelo TJMA, mas ainda não instalado, e o presidente Antonio Guerreiro Júnior tem interesse em compartilhar a experiência de Mato Grosso. Conforme o magistrado, ao

invés de começar a implantação do zero, perdendo tempo, a melhor solução é aproveitar a experiência de quem já enfrentou o processo, adotando os procedimentos que deram certo e evitando os erros.

O magistrado disse que após esse primeiro contato será fundamental o envio de técnicos de TI do Maranhão para o Mato Grosso para conhecer a estrutura de implantação, assim como a ida de técnicos de Mato Grosso para o Maranhão, a fim de repassar o conhecimento. Após a visita ao TJMT, o juiz auxiliar da Presidência do TJMA e o diretor de TI foram conhecer de perto o funcionamento do PJe no Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá.

Conforme Paulo Rocha Neto, o TJMA está preparando a infraestrutura tecnológica para a implantação do PJe há dois anos e a principal razão da visita a Mato Grosso é conhecer os investimentos realizados para a implantação, tanto materiais quanto humanos. Também como foi feito o treinamento de servidores, magistrados e operadores do Direito, como advogados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Juiz destaca mudança de perfil do agressor de mulheres

As ações desenvolvidas na "Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres" foram apresentadas por órgãos da Rede Amiga da Mulher de São Luís, na sede da Coordenadoria Municipal da Mulher (rua da Saavedra, 147, Centro), com a presença do juiz titular da Vara da Mulher da capital, Nelson Rego, representando o Tribunal de Justiça do Maranhão. Na ocasião, Rego apontou que dados levantados a partir de atendimentos na Vara da Mulher de São Luís apontam que a agressão de filhos contra mães vem crescendo nos últimos dois anos - fato que o magistrado atribui ao uso de drogas, principalmente do crack.

"O modelo de mãe como algo sagrado e inviolável vem sendo desconstruído e as genitoras já denunciam as agressões sofridas pelos filhos usuários de drogas. Faltam políticas públicas para resolver esse problema, com ações efetivas do Ministério da Justiça e da Secretaria Antidrogas", afirma.

Durante a coletiva, a coordenadora da Coordenadoria Municipal da Mulher, Sandra Torres, destacou o trabalho de capacitação dos quadros das instituições



Nelson Rego apresentou dados da Vara da Mulher

como forma de melhorar o atendimento às vítimas que procuram atendimento.

A delegada da Delegacia Especial da Mulher, Kazumi Tanaka, apresentou alguns índices de violência contra a mulher em São Luís. Em 2012 foram registradas 5.196 ocorrências de violência contra a mulher, das

quais 2.745 de ameaça. Segundo a delegada, as agressões aumentam nas segundas-feiras, sábados e domingos.

Tanaka repassou os dados como forma de subsidiar a articulação de políticas para que a mulher tenha capacidade de denunciar, diante da sua dependência financeira em relação ao agressor, que a leva, na maioria das vezes, a não querer denunciar e permanecer em silêncio.

As articulações e as retaguardas oferecidas às vítimas da violência de gênero levaram ao crescimento das denúncias do Disque Denúncia, atingindo um índice de 77%, de acordo com informações da coordenadora da instituição, Hellen Araújo.

A mudança de comportamento é atribuída às campanhas de conscientização desenvolvidas em vários espaços, a exemplo das escolas e organizações comunitárias.

Participaram também da coletiva a diretora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Simone Souza, a coordenadora da Benfam, Graça Lima, e Ana Lorena Moniz, representando a Defensoria Pública do Estado do Maranhão.